



Sinais de mudança

Por A. Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da CTOC

Para os profissionais da Contabilidade, julgo ser completamente pacífico que a estrutura, normalização e organização contabilística, deixou de corresponder às necessidades do mercado actual e à realidade das empresas.

Numa tentativa de encontrar uma resposta àquele facto, surge a proposta de um novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com origem na Comissão de Normalização Contabilística, a gestora de todo o processo, desde a introdução do Plano Oficial de Contabilidade até aos nossos dias.

Creio que, neste como em muitos outros processos, não interessa desgastarmo-nos com grandes análises sobre o passado ou procurar culpados.

Identificada a situação, interessa analisar a melhor solução para os problemas elencados. E falar em soluções, compreende a opção por um figurino de organização contabilística que faça a sua gestão e acompanhamento. Quanto à estrutura é do domínio público que em Portugal nunca tivemos uma ideia integrada de Contabilidade e, conseqüentemente, a sua normalização sempre foi gerida numa lógica de «quinta», em que cada qual gere os seus interesses muito específicos.

A normalização contabilística em Portugal nunca foi gerida naquele conceito integrado, daí termos uma manta de retalhos em que cada um vai urdindo os seus interesses sem se importar quanto a uma ideia e gestão unificada da Contabilidade.

Este é um debate que muito brevemente teremos que ter na nossa sociedade, se queremos de facto evoluir e não nos enquistarmos em conceitos ou valores ultrapassados.

Quanto ao figurino, aspecto que se encontra verdadeiramente em análise, penso que à boa maneira portuguesa, lá procuramos a solução invertendo a pirâmide, passando de 8 a 80, como se no oposto do que nos tem sido tradicional, se encontrasse o “éden” de todas as coisas.

O projecto de SNC que nos é apresentado tem virtudes e tem defeitos, mas há factos que não podem ser ignorados. Primeiro: constitui a quebra radical de uma ligação

tradicional com as doutrinas contabilísticas franco/germânicas, onde predomina o princípio da regulamentação, numa subordinação quase que fundamentalista aos princípios contabilísticos anglo-saxónicos;

Segundo: o processo passa pela importação de uma série de conceitos, valores e definições não muito usuais no nosso léxico contabilístico, o que nem sempre se revela de fácil gestão;

Terceiro: o espaço de manobra de independência contabilística aos interesses nem sempre cabalmente esclarecidos que estão na base de algumas definições e comportamentos das normas internacionais, tornará Portugal numa «colónia» completamente manietada a interesses que, certamente, não serão os nossos.

Independentemente do mérito ou da falta dele, o que temos em cima da mesa em discussão pública é uma proposta elaborada pela Comissão de Normalização Contabilística, cuja discussão pública, após solicitação da Câmara, terminará no próximo dia 31 de Julho.

Os profissionais, os empresários e o meio académico, em princípio os principais interessados para que se encontre uma solução que dê resposta aos seus problemas, não têm tido força anímica para louvar ou diabolizar a proposta em discussão pública.

Será que não interessa a ninguém a discussão do tema? Não podemos estar de acordo com esta apatia e desinteresse. A exemplo de outras acções vamos conferir dinâmica a este processo, para que ele se revista da dignidade que merece.

Para conseguirmos aquele objectivo, a Câmara está a conceber a realização de um conjunto de conferências ao nível dos distritos mais importantes do país, convidando académicos, personalidades nacionais e estrangeiras para nos apresentarem os seus pontos de vista, quanto às questões em análise.

Fazemos um apelo a todos os profissionais para que participem e se façam acompanhar dos seus clientes, para que também eles conheçam e se consciencializem da nova realidade, contribuindo, para o texto final da proposta. ■